

Doutora em Educação  
pela Uisino; bolsista de  
Produtividade em  
Pesquisa do CNPq-  
Nível 2.  
E-mail:  
*biazanchet@terra.com.br*

## O EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO (ENEM): o que revelaram professores do ensino médio acerca dessa avaliação

Correspondência:  
Address:  
Faculdade de Educação  
da Universidade  
Federal de Pelotas Rua  
Alberto Rosa, 154  
96010-770, Pelotas –  
RS, Fone: 53-278  
6653.

## THE NATIONAL SECONDARY EDUCATION EXAMINATION (ENEM): what do secondary education teachers reveal about this assessment

Beatriz Maria Boéssio Atrib Zanchet\*

### Resumo

O ideário que vem conduzindo os sistemas de avaliação no Brasil, nos diversos níveis de ensino, assenta sobre o pressuposto que a avaliação pode proporcionar um ensino de melhor qualidade. A avaliação, como posição política, surge como subproduto da preocupação com a eficácia das escolas na execução dos objetivos de aprendizagem pretendidos e como forma de responsabilizar os professores pelo insucesso dos alunos. Algumas características evidenciadas nesses processos apontam competitividade como parâmetro para a garantia de melhor desempenho dos alunos e das escolas. O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) é considerado uma oportunidade dada aos alunos de se *auto-avaliar*, com vistas às escolhas futuras em relação ao mercado de trabalho e a continuação de estudos em nível superior. Esse texto é parte da pesquisa desenvolvida durante o Curso de Doutorado em Educação e discute, através da análise dos depoimentos de professores, como a prática avaliativa do ENEM está repercutindo nas práticas pedagógicas no nível médio da escolarização.

### Abstract

Artigo recebido em:  
22/02/2007  
Aprovado em:  
18/03/2007

The ideal that has been guiding evaluation systems in Brazil, at the various levels of education, is based on the premise that assessment can improve the quality of education assessment, as a political position, is a by-product of the concern with the efficiency of schools in achieving their learning objectives, and as a way of making teachers responsible

for their students' failure. Some characteristics demonstrated in these processes suggest that competitiveness is a parameter for ensuring better performance of students and schools. The Exame Nacional do Ensino Médio (National Secondary Education Examination) (ENEM) is seen as an opportunity for self-assessment, by students, as support for future choices in relation to the job market and continuation of higher education. This text is part of a study carried out for the Doctorate Program in Education. It discusses, through the analysis of statements by teachers, how the assessment practice of the ENEM is affecting teaching practices in secondary education.

### **Palavras-chave**

ENEM; Avaliação nacional; Prática pedagógica.

### **Keywords**

ENEM; national assessment; teaching practice.

## **Primeiras reflexões**

A centralidade dada à avaliação nas políticas educacionais brasileiras faz-nos refletir sobre as relações que se estabelecem entre os processos avaliativos e o trabalho desenvolvido pelos professores em sala de aula. A cada ano, após divulgados os resultados das avaliações nacionais, ouvem-se os mais diversos comentários sobre a qualidade do ensino no Brasil. Em geral, responsabiliza-se os professores pela baixa qualidade do ensino ministrado nas escolas e nas universidades. Nessa ótica, a temática da avaliação aproxima-se, de forma bastante estreita, das questões relativas à prática pedagógica do professor e da formação docente.

A centralização da avaliação no âmbito do INEP<sup>1</sup>, órgão que está sob o comando do Ministério da Educação do Brasil, merece ser analisada nesse contexto. A idéia de centralizar os processos de avaliação de todos os níveis de ensino em uma Agência Nacional está posta pelas políticas públicas de vários países e tem suas origens nas orientações do Banco

Mundial, visando à implementação da reforma educativa<sup>2</sup> e à suposta melhoria da qualidade da educação.

A capacidade dos professores para agirem de forma responsável e autônoma fica condicionada aos limites estipulados, previamente, por um currículo nacional, e, posteriormente, pelas avaliações de desempenho de seus alunos. Os processos avaliativos no Brasil tornam-se, nessa perspectiva, dispositivo de controle e regulação dos sistemas de ensino e das práticas pedagógicas.

A avaliação, inscrita na agenda das reformas educativas, enquanto posição política, está presente como um dos subprodutos da preocupação com a eficácia das escolas na execução dos objetivos de aprendizagem pretendidos e como forma de responsabilizar os professores pelo insucesso dos alunos.

Nessas circunstâncias, as avaliações nacionais deixam os professores de “pés e mãos amarradas” e invadem o espaço da sala de aula, direcionando e interferindo no trabalho docente. Essa situação pode ser percebida em todos os níveis de ensino.

Para o nível médio, a avaliação está inserida no conjunto do Sistema Nacional de Avaliação, como parte do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, através do SAEB, e conta, além disso, com um exame próprio para alunos que concluíram ou estão concluindo a escola básica: o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

O ENEM constitui-se um Exame de caráter voluntário para alunos que concluíram ou estão concluindo o ensino médio, concebido concomitantemente com a reforma proposta e compartilhando, portanto, dos mesmos princípios por ela estabelecidos. Os documentos que tratam desse Exame explicam que ele é uma avaliação do perfil de saída do estudante da escola básica, com o objetivo de oferecer uma referência em relação às competências construídas pelo aluno ao longo da escolarização básica. Os discursos oficiais argumentam que o ENEM poderá servir como mecanismo de auxílio ao ingresso no ensino superior, com vistas à continuação de estudos ou ao mercado de trabalho e, mais recentemente, o aluno que realiza o ENEM concorre a inserção no Programa Universidade para Todos ProUni<sup>3</sup>.

No entanto, sabendo que esse Exame avalia o aluno em relação às competências construídas durante a escolaridade básica, é possível perguntar: Que tipo de referência ele oferece? Como esse Exame está sendo recebido pelos professores do ensino médio?

Nesse panorama, a tentativa de compreender os pressupostos conceituais do ENEM como um modelo de avaliação implantado pelo MEC a par e passo com a reforma e suas possíveis repercussões na prática pedagógica dos professores do ensino médio foi objeto que mobilizou essa investigação e que constituiu parte da tese de doutoramento em educação.

## O ENEM: uma avaliação de competências

Como parte das políticas de avaliação implantadas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1998, foi criado o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) para alunos concluintes ou egressos do ensino médio.

Os documentos publicados pelo INEP explicam que o ENEM constituiu-se num exame que tem como objetivo fundamental avaliar o desempenho do aluno ao término da escolaridade básica, para aferir o desenvolvimento das competências fundamentais ao exercício pleno da cidadania. A partir dessa perspectiva, o INEP concebeu, para a estruturação desse Exame, uma matriz com a indicação de competências e habilidades associadas aos conteúdos de ensino, tendo por base as premissas delineadas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), aprovada em 1996, para o “perfil de saída” do aluno, ao final da escolaridade básica.

Essa prática avaliativa, realizada sob a égide do Estado, absorveu, em sua estruturação, nomenclaturas e conceitos construídos entre o domínio dos saberes e do saber-fazer, assumindo um discurso que enfatiza noções características do atual modelo de produção. Competências e habilidades são conceitos básicos sob os quais está estruturado o ENEM, os quais explicitam aptidões básicas necessárias ao mundo da produção.

É importante, nesse contexto, explicitar os significados dados aos termos em questão. *Competência* é explicitado nos documentos como sendo “as modalidades estruturais da inteligência, ou melhor, ações e operações que utilizamos para estabelecer relações com e entre objetos, situações, fenômenos e pessoas que desejamos conhecer” (ENEM, Documento Básico, 1999, p.11). Quanto às *habilidades*, é registrado que elas decorrem das competências adquiridas e que “referem-se ao plano imediato do “saber-fazer”.

As vinte e uma habilidades, elencadas a partir das competências cognitivas, servem de orientação para a elaboração de questões do Exame, envolvendo as diferentes áreas do conhecimento. Cada questão deve ser construída a partir da competência que pretende avaliar, e o pressuposto é o de resgatar a capacidade do aluno em articular os conteúdos para resolver uma situação-problema de forma reflexiva.

Nesse sentido, há de se reconhecer que o ENEM é um exame constituído de questões que possuem características diferentes daquelas que evidenciam a memorização de conteúdos, vinculando-se a um conceito mais abrangente da inteligência humana. Essa condição enfatiza a necessidade da mobilização de outras estruturas mentais com as quais construímos o conhecimento e que nos possibilitam uma melhor compreensão do mundo.

O que se observa é que o conceito de competência vai-se construindo a partir do agir concreto e situado dos sujeitos. Entendemos que ela não pode ser medida através de um exame. Acreditamos que “ser competente” não é algo que se adquire ao final da escola básica, mas um processo de construção que se prolonga para além dela. Entendemos que é tarefa da escola desenvolver habilidades e isso se realiza pela socialização dos múltiplos saberes e conhecimentos com os quais o aluno interage. O domínio dos conhecimentos e sua articulação com a realidade, na perspectiva da emancipação, é que nos parece ser a competência que o aluno precisa ter desenvolvido no final da escola básica.

E essa tarefa cabe, principalmente, ao professor incentivar, como protagonista principal da ação educativa em sala de aula.

Tal como proposto, o ENEM é um Exame que mede resultados e expressa a pontuação do aluno em faixas de desempenho, interpretadas em uma perspectiva comparativa entre a nota individual do participante e a pontuação obtida pelos demais participantes.

Esse Exame tem sido chamado de avaliação, no entanto, existem discussões a respeito das diferenças entre avaliação, aferição, verificação de resultados, evidenciando que exames da natureza do ENEM não podem ser tratados como avaliação, mas sim como processo de aferição ou verificação de resultados.

Ampliando essa análise, Dias Sobrinho (2000, p. 136), ao referir-se a exames nacionais, chama atenção que “medir não é a mesma coisa que

avaliar, é apenas parte de um processo muito mais amplo; um procedimento isolado não é, em si, um programa formativo”. Salienta, também, que, se o importante para os alunos é passar nos exames e para o curso é importante classificar-se bem, alimenta-se a tendência a ensinar aquilo que supostamente ‘vai cair na prova’ e os mais adequados jeitos de se obter bons resultados. Nessa lógica, não tem muita importância a aprendizagem do aluno, mas sim o seu desempenho na prova, já que este pode ser medido. Reduzir a avaliação à aplicação de um exame é reforçar uma visão mecanicista e simplificadora, constituída como uma tecnificação da formação. Essa perspectiva é responsável pela proliferação das provas de rendimento e das escalas de atitudes, onde as metas estão predeterminadas e os fins estão fixados, delegando à avaliação a medição do êxito nos resultados obtidos.

Os documentos oficiais do ENEM delegam à escola a condição de oferecer uma formação que deve ser compreendida como uma sólida aquisição dos conteúdos das ciências e das artes, associada ao desenvolvimento de estruturas capazes de operacionalizá-los frente aos problemas apresentados pela realidade social. Complementam que o projeto pedagógico da escola deve objetivar o desenvolvimento de competências com as quais os alunos possam assimilar informações e utilizá-las em contextos adequados, interpretando códigos e linguagens e servindo-se dos conhecimentos adquiridos para a tomada de decisões autônomas e socialmente relevantes.

A modificação proposta para as escolas não acontece com base em mudanças estruturais, mas sim com base na reflexão sobre os conteúdos que proporcionam o desenvolvimento de competências que permitirão aos jovens sua inserção no mercado de trabalho. Evidentemente que o desenvolvimento de habilidades e competências não acontece no “vazio”, para que isso ocorra, é necessário ter o conhecimento como base.

A discussão em torno do desenvolvimento aprofundado de conteúdos disciplinares, enfatizada em anos anteriores, é substituída por um discurso que afirma que a transmissão do conhecimento já não é apenas monopólio do professor. A tecnologia da informação e o mundo das empresas assumem o compromisso com a informação e delegam à escola, através do trabalho do professor, o papel de objetivar o desenvolvimento de competências através das quais os alunos possam melhor assimilar essas informações. Assim, o processo de orientação de programas de ensino para o nível médio efetua-se concomitantemente ao desenvolvimento de

um novo tipo de prática de avaliação em nível nacional, para alunos egressos desse nível de ensino. Sob essa lógica, torna-se possível inferir que cabe ao ENEM oferecer uma referência para os professores sobre quais competências precisam ser desenvolvidas e como elas podem ser avaliadas, principalmente, em questões de múltipla escolha.

Há de se reconhecer que exames com a característica do ENEM pretendem mostrar a possibilidade de uma avaliação que abrange outras capacidades do indivíduo, além da memorização de conteúdos escolares, pois as questões são estruturadas de forma a articular os conteúdos escolares com situações cotidianas.

A aceitação dos resultados do ENEM num número crescente de instituições de ensino superior em decorrência do estímulo oficial, é uma estratégia que gera um aumento significativo do número de estudantes que prestam esse Exame a cada ano. O crescimento do número de alunos que aderem ao processo avaliativo permite ao governo um controle mais abrangente sobre os sistemas de ensino, público e privado, com possibilidades de desenhar um panorama comparativo entre todas as regiões do país. Além disso, a divulgação da posição dos Estados Federativos no ranking nacional do ensino médio evoca a disputa entre eles para uma melhoria nos investimentos em parceria com o governo federal.

O panorama anterior nos impulsionou a pesquisar as repercussões desse Exame na prática docente dos professores do ensino médio. A tentativa foi de tentar perceber, através dos depoimentos de nossos interlocutores, que significação esse Exame assume no contexto da prática pedagógica.

## **A repercussão do ENEM: analisando o que revelaram os interlocutores**

Entrevistamos uma amostra de 12 professores que atuam no nível médio de ensino, tanto em escolas da rede pública, estadual ou municipal, como também aqueles que trabalham em escolas particulares. Na amostra tivemos professores das distintas áreas<sup>4</sup> do conhecimento, definidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM). A

perspectiva era perceber se os professores explicitariam a compreensão de alguma articulação entre o ENEM, a proposta da reforma e as políticas governamentais de avaliação para o ensino médio. A estruturação da entrevista privilegiou grupos de questões que procuraram explorar diversos aspectos relacionados a esse Exame e que nos possibilitassem capturar a compreensão dos professores a respeito dessa avaliação.

Na análise que fizemos, tentamos desvelar como a prática avaliativa do ENEM pode funcionar como um dispositivo utilizado pelo governo para controlar a atividade docente e, nesse sentido, essa concepção representou um parâmetro para a discussão da propriedade da avaliação educativa. Como explicita Cunha (2003, p.9), “se avaliar é atribuir valor, é preciso que se explicita e discuta o que se constitui em valor, para então se definir o significado da avaliação”.

As avaliações nacionais adquiriram um *status* capaz de dar sentido ao trabalho escolar, balizando as práticas pedagógicas e avaliativas dos professores. Tudo indica que os professores começaram a se preocupar mais com o modelo de prova apresentado pelo ENEM por entenderem que existe uma tendência crescente da utilização de seus resultados nos processos seletivos. Essa condição contribuiu para que o professor se preocupe em trabalhar na direção das questões propostas pelo Exame, a fim de preparar melhor seus alunos para enfrentarem o Exame.

Foi muito marcante na investigação a percepção da responsabilidade que é atribuída ao professor na preparação dos alunos para o ENEM. Afirmativas do tipo: “quando está chegando perto do exame os professores discutem os temas atuais que podem cair na redação[...] já que está sendo dado aquele conteúdo então pega, por exemplo, um gráfico da prova do ENEM e explora (Informação verbal), mostraram a importância de trazer para a sala de aula as provas do ENEM e discutí-las com os alunos.

Entre os docentes prevaleceu a concepção que o ensino médio constitui-se no nível de ensino que precisa preparar os alunos para o vestibular. Embora admitam que a reforma educacional apontada na LDBN/96 proponha um ensino médio que forme para a vida e para o mercado de trabalho, há uma nítida expressão de desesperança (ou despreparo) na execução desse pressuposto. Afirmativas do tipo: “[...] a vida e o trabalho de nossos alunos é ir para a universidade ou fazer um curso tecnológico, então prepará-los para a vida é prepará-los para eles irem para a

universidade[...] acho que preparar para a vida é um trocadilho de palavras [...]” (Informação verbal) mantém presente a idéia que o ensino médio tem a função intermediária entre o ensino fundamental e o ensino superior. Mas, de forma contraditória, os professores referiram-se à necessidade de preparar seus alunos para competir no mercado de trabalho, direcionando seu trabalho para esse referencial e disseram que “as empresas podem utilizar os resultados do ENEM, mas vão utilizar aqueles que apresentarem as melhores notas, os melhores resultados que é o que mercado busca hoje, não é aquele que tem a informação, mas o que sabe o que fazer com ela” (Informação verbal). Em princípio, essa postura é positiva. Há muito, a pedagogia emancipatória aponta para a necessidade de melhor relacionar teoria e prática. Preocupante, no entanto, é resumir a concepção de realidade aos interesses pragmáticos.

Alguns professores se aliam ao discurso eloqüente de “preparar o aluno para o mercado de trabalho” ou para o ingresso no ensino superior sem fazer uma reflexão política mais ampla do que isso significa dentro do processo ideológico que produziu essa política avaliativa.

Disseram que o ENEM “é uma prova excelente porque trabalha não só o conteúdo que os alunos teriam que saber, como trabalha de uma forma onde eles têm que mostrar que sabem pensar, não é só resolver, mas também pensar na situação[...]quando a gente pega a prova vê que é uma prova mais de pensar, não tem aquela coisa pesada de cálculo” (Informação verbal), quando comentavam a forma como são avaliados os conteúdos disciplinares no Exame.

Os interlocutores observaram que existe um indicativo de alteração na forma de tratar os conteúdos nas questões da prova do ENEM, embora tenham dúvidas, talvez de caráter conceitual, para afirmar que se trata de uma avaliação de competências.

Os professores que concebem a avaliação como um instrumento para medir quanto o aluno consegue reproduzir do conteúdo que lhe foi “ensinado”, começam a perceber a existência de uma outra lógica na forma de avaliar quando se deparam com as questões do ENEM. Essa condição aponta para a preocupação que os professores demonstram quando se referem a sua prática pedagógica, pois as questões apresentadas na prova do ENEM os levam a pensarem formas alternativas para desenvolver os conteúdos disciplinares.

Pelos depoimentos dos interlocutores é possível fazer uma projeção que os conhecimentos que eles afirmam serem necessários aos alunos do ensino médio, em decorrência do vestibular, estão ligados a uma compreensão de docência que fica limitada à dimensão da racionalidade técnica. Mas, percebeu-se um indicativo de que os professores sentem necessidade de mudar suas práticas pedagógicas, de *renovar-se*, como disse um deles, no sentido de atender ao atual perfil do alunado que chega ao ensino médio.

Apontou um professor, que “está havendo uma mudança na metodologia, embora, enfatizasse a idéia de não saber se isso vai fazer diferença na hora de resolver a prova” (Informação verbal). Salientou que, com a formação acadêmica recebida, “nós não temos condições de mudar, agora, a gente tem que ir a procura, temos que estudar mais” (Informação verbal), e complementa dizendo que, “nós aprendemos de uma forma tradicional que nada tem a ver com o que está sendo proposto atualmente, e o ENEM ajuda nessa caminhada” (Informação verbal). Outro professor enfatizou que “não interessa apenas a formação anterior, torna-se necessário atualizações constantes e o governo não está investindo nisso, apenas aponta o ENEM como parâmetro[...], mas não há investimento de preparação dos professores para o ENEM”(Informação verbal).

Em relação à implantação do ENEM, os entrevistados entenderam que ele foi proposto pelo governo com a intenção de fazer um diagnóstico do ensino médio no país, “de conhecer como estão nossas escolas de ensino médio, como estão trabalhando nossos alunos” (Informação verbal). O reconhecimento que o ENEM pode estar sendo usado para avaliar o trabalho dos professores também foi expresso pelos respondentes. Disse um professor, que “o governo, avaliando os alunos, consegue avaliar os professores e o ensino em si” (Informação verbal). Outro alertou no sentido de que “a forma como é feita a avaliação ENEM, avalia a escola, porque a escola não recebe de volta os resultados, o professor também não recebe porque ele está sendo avaliado” (Informação verbal). Foi possível compreender que os professores admitem ser feita uma avaliação de seu trabalho pedagógico, entretanto, não se manifestam contrários a essa condição, nem se posicionaram favoravelmente. Reconheceram que o ENEM é importante, mas não argumentaram tal posição com base em uma reflexão epistemológica sobre os pressupostos conceituais e pedagógicos que balizam essa prática de avaliação.

Considerar que os professores são atingidos em suas práticas pedagógicas é um fato incontestável. Mesmo que eles não admitam, explicitamente, uma modificação mais intensa em suas ações docentes, percebe-se que modificaram, de alguma maneira, seu trabalho cotidiano em sala de aula. Veiculam e reforçam o modelo como alternativa plausível em suas práticas, sem fazerem uma reflexão mais consistente da proposta. Não localizamos nenhum docente que fizesse uma fundamentação consistente, com argumentos epistemológicos sustentáveis para a implantação do ENEM. Foi percebido que os professores identificaram alguns pontos desse Exame que vêm sendo reforçados pela mídia e pelo INEP, mas não empreenderam estudos na direção de melhor compreenderem os pressupostos que norteiam essa prática avaliativa.

Mesmo não possuindo as propriedades de um processo capaz de constituir-se em um sistema de avaliação, o ENEM está se consolidando como um instrumento que tenta mudar o enfoque das avaliações e das práticas pedagógicas dos professores. O “ENEM está mudando as próprias avaliações de sala de aula[...] anos atrás eu fazia uma prova assim[...]hoje eu até posso pedir as mesmas coisas, mas de forma diferente” (Informação verbal), afirma um de nossos interlocutores, localizando o tipo de questão trazida pelo Exame.

O crescente número de alunos inscritos no ENEM é objeto de ampla divulgação por parte do governo, pois como os resultados podem ser aproveitados nos processos seletivos das universidades, esse se tornou um argumento muito eficiente para fomentar nos alunos o interesse em realizar as provas.

Os livros didáticos também estão divulgando as questões das provas e referenciando a importância do trabalho pedagógico na direção da contextualização dos conteúdos apontada pelo Exame. Os professores ratificaram essa posição dizendo, inclusive, que as “editoras mandaram um encarte com todas as habilidades, todas as provas e as porcentagens que tiveram as respostas” (Informação verbal). Sem dúvida, essa prática avaliativa está invadindo, cada ano com mais intensidade, a sala de aula, quer seja através da mídia quer seja através de livros e das questões trazidas pelos alunos.

Das expressões dos professores, acima referidas, agrupamo-nas elaborando, assim, as seguintes categorias:

· *Objetivos do ENEM.* Na compreensão dos docentes, a implantação do ENEM teria sido uma forma encontrada pelo governo para fazer um diagnóstico do ensino médio no Brasil. Os professores construíram uma idéia sobre os objetivos do ENEM em forma de axioma, do tipo: se....então: “se é um Exame Nacional, igual para todos os estados federativos, então é para saber o nível do ensino em todo o país”. Observou-se que não existe uma preocupação mais efetiva, dentro das escolas, em discutir os pressupostos conceituais que embasam esse Exame, nem o motivo pelo qual ele foi instituído pelo MEC, ficando apenas nas informações divulgadas pela mídia.

· *alteração da lógica: questões centradas em conteúdos para questões centradas em competências.* Essa foi uma compreensão muito enfatizada quando os professores referiram-se às características das questões das provas do ENEM. A percepção de que existem características específicas nas questões que as diferenciam dos vestibulares foi referida entre os respondentes, embora não explicitassem tratar-se de questões que avaliem competências.

· *preparação dos “clientes”.* Os professores destacaram a importância dos alunos participarem do ENEM, inclusive, os incentivam nesse sentido, alegando a oportunidade que eles têm de utilizar os resultados nos processos seletivos para o ensino superior. Por conseguinte, percebeu-se que existe interesse por parte dos professores que os alunos, em sala de aula, discutam as questões das provas anteriores como meio de se prepararem para o Exame. Incluiu-se, nessa perspectiva, a preocupação e a responsabilidade assumida pelos professores em melhor preparar os alunos para o ENEM.

· *a sala de aula como espaço “invadido” ou conquistado pelo ENEM.* A maioria dos professores revelou que se tornou uma prática comum a resolução e discussão das questões das provas do ENEM em sala de aula. Essa condição propicia ao professor a articulação do conteúdo que está desenvolvendo com as questões do Exame. Existe preocupação dos docentes com a metodologia de trabalho, no sentido de tornar os conteúdos mais atinentes às questões apresentadas nesse Exame.

· *alterações na forma de trabalhar os conteúdos disciplinares no ensino médio.* Essa dimensão tornou-se muito marcante nos depoimentos. Mesmo que eles não explicitassem, de uma maneira direta, a vinculação com o ENEM, externaram o pensamento que existem mudanças na forma como os

conteúdos são desenvolvidos no ensino médio. As respostas permitiram-nos perceber um redirecionamento das práticas pedagógicas cotidianas.

## Considerações finais

As avaliações nacionais representam, no contexto do Estado, um dispositivo importante na regulação do processo ensino-aprendizagem e na emissão de um juízo de valor sobre a qualidade dos produtos do trabalho escolar. Elas assumem, também, o papel de um mecanismo de controle do trabalho docente, influenciando no direcionamento dos referenciais em torno dos quais os professores organizam suas práticas.

Como o ENEM foi se consolidando gradativamente como um instrumento de auxílio nos processos seletivos, os professores não produziram um processo de reflexão sobre o sentido que essa prática avaliativa poderia assumir no contexto da sala de aula. As escolas, na sua maioria, não foram envolvidas numa discussão que lhes permitisse uma maior compreensão do significado desse Exame no panorama da reforma do ensino médio. É possível dizer que, inicialmente, houve certa indiferença com relação a essa prática avaliativa que progressivamente avançava. No entanto, essa indiferença, pouco a pouco, foi sendo vencida pela mobilização da mídia em torno da divulgação do ENEM e o incentivo para que as universidades aproveitassem os seus resultados nos processos de seleção dos estudantes.

É importante considerar que os resultados das avaliações nacionais traduzem o desempenho dos estudantes naquele momento pontual, não revelando ou explicitando as condições de produção do trabalho pedagógico nas escolas. Os resultados não revelam à sociedade as condições em que o trabalho pedagógico é produzido no cotidiano da escola.

Entretanto, os professores, quando avaliam seus alunos, precisam considerar o contexto em que seu trabalho foi realizado, bem como o processo desenvolvido por seus alunos, compreendendo que o comportamento humano é multirreferenciado e multideterminado, não atribuindo a um único aspecto a justificativa do desempenho do estudante.

As avaliações nacionais apenas coletam informações sobre o alcance de resultados, enquanto que as avaliações que os professores desenvolvem em sala de aula devem procurar identificar as causas das dificuldades e sucessos dos alunos. Nesse caso, os resultados das avaliações de sala de aula podem possibilitar aos professores uma reflexão sobre a prática desenvolvida, permitindo uma análise da sua participação no desenvolvimento dos sujeitos.

No nosso entender, uma prática avaliativa que levasse em conta esses aspectos poderia se caracterizar como uma prática avaliativa no sentido da emancipação, onde os sujeitos envolvidos seriam cúmplices na construção de seus conhecimentos, numa rede intersubjetiva de reciprocidades.

Como o ENEM caracteriza-se como um exame que avalia competências, é possível acreditar na condição de ruptura que ele pretende fazer com a lógica avaliativa que, em geral, valoriza apenas a memorização. As questões que vêm sendo apresentadas nas provas, desde sua primeira edição, mostram que houve um esforço no sentido de tornar os conteúdos escolares mais contextualizados em situações-problemas próximas ao cotidiano dos estudantes. Nessa perspectiva, esse Exame pode apontar para os professores formas alternativas de navegar com seus alunos por dentro dos conteúdos disciplinares, numa lógica que extrapola a informação, ou seja, numa lógica que rompe com a racionalidade técnica.

Em virtude de ser um Exame afinado com a proposta para o Ensino Médio, ele provoca os professores no sentido de pensarem sobre suas práticas pedagógicas e avaliativas. Essa condição pode ser positiva, se movimentar os professores na direção de uma leitura e reflexão mais ampla sobre a identidade proposta para o nível médio, nas DCNEM. No entanto, pode-se correr o risco de que o ENEM assuma a característica de ser uma avaliação usada para regular o trabalho dos professores na perspectiva de atender às competências estabelecidas pelo mercado.

Entendemos, enfim, que o trabalho dos professores precisa ser na direção de alcançar as competências que fazem parte do projeto político pedagógico da escola do qual ele deve ser partícipe. A ação docente precisa se consolidar como produto da identidade construída por sujeitos protagonistas do processo educativo de seus alunos.

Esse é o pressuposto que acreditamos necessário para fundamentar uma prática avaliativa que exige dos professores a capacidade de fazer as articulações

necessárias com todos os atores escolares e não-escolares para definir sua sala de aula como um espaço de solidariedade, reciprocidade e emancipação.

## Referências

- CUNHA, M. I. da. **Avaliação e poder na docência universitária**: campos legitimados e saberes silenciados. Mimeo. 2003
- DIAS SOBRINHO J. **Avaliação da educação superior**. Petrópolis: Vozes, 2000
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Revista do ENEM**. Brasília, n. 1, 2001.
- \_\_\_\_\_. **ENEM, documento básico**. Brasília, 1999.
- \_\_\_\_\_. **O novo Ensino Médio**. Brasília, 1998.
- \_\_\_\_\_. Lei No 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. In: **Parâmetros Curriculares Nacionais. Ensino Médio**. Brasília, DF, v.1, 1999.

## Notas

<sup>1</sup> O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais é conhecido pela sigla INEP.

<sup>2</sup> Trata-se da reforma do ensino médio implantada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996, que veio conferir uma nova identidade para o nível médio de ensino, determinando que este passe a ser a etapa final de uma educação básica de caráter geral, com característica de terminalidade. Na perspectiva da LDB/96, o ensino médio “deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social” com a função de desenvolver a pessoa humana por meio da preparação básica para o trabalho e o exercício da cidadania, remetendo a profissionalização a cursos independentes.

<sup>3</sup> Esse Programa tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de baixa renda, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior, oferecendo, em contrapartida, isenção de alguns tributos àquelas que aderirem ao Programa.

<sup>4</sup> As áreas definidas nas DCNEM são: Linguagem, códigos e suas tecnologias; Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias e Ciências Humanas e suas tecnologias.